

MUITO ALÉM DA NAÇÃO: O INIMAGINÁVEL BRASILEIRO E SEUS RETORNOS POLÊMICOS

Ana Lígia Leite e Aguiar (UFBA)

Resumo: Pensar antropofagicamente tem sido o grande desafio não apenas para os estudiosos da área de humanas, mas para qualquer habitante do século XXI. No entanto, algumas posturas engessadas em certos fundamentalismos nos invocam permanentemente a revisitarmos os documentos de nossa memória cultural. Focando-se na Ditadura civil-militar brasileira instaurada em 1964, com vistas a recontar o que fora perpetrado na vida simbólica de nosso país, o trabalho aqui proposto pretende recortar algumas imagens e gestos que, *apesar de tudo* – em referência à obra de Didi-Huberman – conseguiram complexificar em suas *narrativas* tanto o golpe como o ruído venturoso daqueles que produziram cultura, evidenciando, como não poderia deixar de ser, a força da cultura em promover as rupturas necessárias para se encarar o presente. Assim, propõe-se um diálogo entre algumas obras, como *K*, de Bernardo Kucinski, as perspectivas de Daniel Aarão Reis, e imagens representativas do período, buscando-se ampliar o debate no que tange aos modos de fabricação de nossa memória cultural e as táticas rarefeitas de conciliação no país, que, nos termos colocados por Renan, continua sendo, mais do que nunca, um necessário plebiscito diário.

Palavras-chave: Nação. Ditadura civil-militar brasileira. Memória cultural.

“Primeiramente, fora Temer” tem sido uma das expressões-sintoma nacionais desde que o país assumiu declaradamente a sua bipartição como forma contínua. É significativo rever os termos dessa bipartição, ainda que, mesmo nessas duas metades, algo dentro delas não seja da ordem da homogeneidade. Aprendemos – pela mão de teóricos como Homi Bhabha (2005), Hobsbawn (1990), Ernest Gellner (1964), Benedict Anderson (2008) – que as nações não coincidem nem internamente consigo mesmas por longo tempo, a despeito daquele estado de espírito que abstratamente une os homens, ao qual se referiu Renan (1882) em seu célebre ensaio “O que é uma nação?”. Sigamos no rastro desses teóricos para ver se conseguimos compreender – no âmbito do momento atual brasileiro – o desenho recente de nosso território-povo.

Quando as nações modernas começam a ter o seu desenho a partir de 1780, “os brasis” enfrentarão, posteriormente, a fabricação de sua ideia de origem pautada no encontro com o outro. Uma vez recuperado o índio para pensar a formação do povo

brasileiro – dado o seu caráter de ancestralidade –, o corte planejado para que se reconheça os autóctones projeta os 1500 como primeira cisão de tempo histórico. É o índio do Brasil jovem que compõe a nacionalidade, e não sendo isso o bastante, ele ainda viria despido de seus hábitos culturais – a antropofagia, a beberagem, a poligamia, a falta de poder centralizado, o nomadismo, a nudez –, dados que Viveiros de Castro (2002) recupera nas vozes dos cronistas que taxavam esse *modus vivendi* como sendo um inventário dos maus costumes indígenas. Talvez tenha sido por esse motivo – o do Brasil recém nascido no século XVI – que José de Alencar tenha conseguido fazer em seus romances com que os nativos abandonassem tão rapidamente sua nação anterior para integrarem aquela que viria a ser a sua nação futura, nada tendo a ver com a constância da inconstância desses povos de alma selvagem. A geração que seria fruto desse encontro nos daria não só o esboço, como a forma final do brasileiro. Primeira tensão no recorte temporal, aquilo que Bhabha crê ser uma adoração de um certo historicismo por parte daquilo que Renan coloca como “*vontade de nacionalidade*”, que se faz representar não por “raça, língua ou território. É a vontade que unifica a memória histórica e assegura o consentimento de cada dia (BHABHA, 2005, p. 225)”: numa certa vontade de nacionalidade que as elites tentam fazer emplacar, os ameríndios só passam a existir quando da aparição épica do elemento estrangeiro, cuja presença altera e melhora as *raças* – o termo é não só defasado como inapropriado – tidas como inferiores. Ávidos em rascunhar o retrato do homem brasileiro, sua ancestralidade – como bem projetou Alencar – recuou bem pouco. Alberto Mussa, na tentativa de *adoecer* os lugares fixos do leitor, chama a atenção com dados geneticistas: um exame de DNA acusaria em qualquer brasileiro cerca de 80% de descendência indígena. E arremata: “Não sei o que ainda é necessário fazer para que as pessoas compreendam isso – que não estamos aqui faz apenas cinco séculos, mas há uns 15 mil anos. Há 15 mil anos somos brasileiros; e não sabemos nada do Brasil.” (MUSSA, 2009, p. 22).

A essa primeira ficção em nosso recorte temporal sobreviria a do apagamento do negro. Justamente quando se fala em construir identidades, a presença africana causaria um esquivar-se em termos de reflexão, mas não somente – ela revelaria o negro como um mau necessário. Martius foi de uma reticência categórica: “não há dúvida de que o Brasil teria se desenvolvido de maneira diferente sem os escravos negros. Cabe ao historiador decidir se isso foi para melhor ou para pior” (MARTIUS apud SOMMER, 2004, p. 181). Paulo Prado responderá, no capítulo sobre a tristeza do *Retrato do Brasil*, que

os escravos eram terríveis elementos de corrupção no seio das famílias. As negras mulatas viviam na prática de todos os vícios. [...] O negro cativo era a base de nosso sistema econômico, agrícola e industrial e, como que em represália aos horrores da escravidão, perturbou e envenenou a formação da nacionalidade, não tanto pela mescla de seu sangue como pelo relaxamento dos costumes e pela dissolução do caráter social, de consequências ainda incalculáveis (PRADO, 2002, p. 70).

No *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, celebrado festivamente como um selamento positivo do hibridismo, em cuja obra encontramos, pela primeira vez, um sem número de gestos reunidos detalhados sobre a economia de vida dos africanos em diáspora para o Brasil, há a tensão residual do peso atribuído à mulher negra. Uma espécie de avatar que conseguiu agregar em seu corpo todas as dores e as delícias de ser o que era: mulher, negra. Carlos Nader, em seu documentário *Preto e Branco*, de 2012, captura com sobriedade o conflito que a face híbrida nos fornece: se ela é a face que não se pode ocultar, pois que é evidente, essa mesma face nos desafia com seus preconceitos internos e aponta como o mestiço ou o negro devem proceder em uma cultura cuja “cisão” faz parte do “sujeito nacional” (BHABHA, 2005, p. 208). A nação se reconhecer mestiça, sendo um fato, nem de longe resolve parte de sua tensão interna. E se somos menos violentos que os EUA no que diz respeito à segregação racial, conhecemos bem os efeitos da *pena de morte* em nosso país e a quem ela se aplica no cotidiano.

É da ordem do inimaginável pensar que o conceito de um povo híbrido ajude a encobrir a nossa segregação clássica. No caso brasileiro, o hibridismo surge como um discurso oficial que, apesar de sua positividade preliminar, acaba por homogeneizar a ideia de povo; simplifica e reduz (não uma certa teoria, sempre atenta ao paradoxo, mas uma certa ideia de cultura). Não seria – não somente, mas também – o hibridismo parte de um projeto pedagógico, para retomar os termos utilizados por Homi Bhabha, e, nesta pedagogia que apaga a diferença, os conflitos advindos desse conceito escorregadio estariam sempre retornando ao presente? Ora, os termos da conciliação nacional tão bem orquestrada por Alencar, em meados do século XIX, teriam sido pautados na falsificação do entrecruzamento dos povos – já que não presentificavam o negro –; na deturpação grotesca do tempo histórico anterior à chegada do estrangeiro; e, quando índios e portugueses caem uns nos braços dos outros (aqui os créditos são de Doris Sommer), a conciliação está soldada. O hibridismo é a conciliação da nação, um encontro consigo mesma. Para piorar o paradoxo, quem haveria de negar que o

hibridismo é a peça-chave da formação do brasileiro, já que sua veridicção atesta as consequências palpáveis do achamento (ou do encontro)? Em um plano mais abrangente, quem haveria de negar que o hibridismo não retoma a ideia originária de todos os povos, a negação da pureza por excelência, onde esquecer algo da história não só faz parte como abaliza todo o processo? Alencar bebe em teóricos e teóricos bebem no escritor cearense, portanto, que o peso sobre suas costas possa ser redistribuído entre as inúmeras vozes que continuaram seu “canto mavioso” (a expressão é dele na voz de sua personagem Iracema em seu romance homônimo).¹

Como desestabilizar essa mirada pedagógica a partir de algo que soa tão positivamente produtora como a ideia da mestiçagem? Como performar a nação, como suplemento ao texto pedagógico que instrui e obstrui outras passagens?

Discursos recentes que retomam a cena do atual debate sobre as demandas brasileiras sintomatizam em fragmentos a heterogeneidade do povo em questão. É constrangedor o retorno fatal da intolerância contra esses mesmos povos – nós, os colonizados negros e índios – com os quais se *reconciliou* no passado recente. E ainda: o direito ao corpo do feminino e do gay, a prática avessa aos pobres, a perversão contra o infantil, o trans, a contínua expropriação de sujeitos de seus territórios, enfim, a reivindicação de projetos pedagógicos que apontam como se fosse óbvia a ideia do que deve ser uma família, uma sociedade, um povo. Nada do *comum* – utopicamente – reside nessa trincheira. A nação irreconciliável, após um suspiro recente no qual ela escavava seus traumas de fundação, revivencia o sufoco usual que alguns garantem lhe ser inerente.

Nosso hibridismo, no entanto, ultrapassa a ideia de etnicidade, de modo que, cor, classe, gênero, tudo tem retornado no cotidiano como cataclismo. Os yanomami – via Davi Kopenawa, em *A queda do céu* – não fabulam em nada com a identidade: estão em outro território, têm outra relação com a terra, não pactuam com o homem branco, nem com a ideia de um certo Brasil, cujo território não coincide com o plano em que vivem. Viveiros explica a diferença inequívoca entre os brasileiros e os índios:

Essa maioria, como eu disse, somos, entre outros, *nós*, os brasileiros ‘legítimos’, que falam o português como língua materna, gostam de samba, novela e futebol, aspiram a ter um carro bem bacana, uma casa

¹ Iracema diz a Martim: “Quando tu passas no tabuleiro, teus olhos fogem do fruto do jenipapo e buscam a flor do espinheiro; a fruta é saborosa, mas tem a cor dos tabajaras; a flor tem a alvura das faces da virgem branca. Se cantam as aves, teu ouvido não gosta já de escutar o canto mavioso da graúna, mas tua alma se abre para o grito do japim, porque ele tem as penas douradas como os cabelos daquela que tu amas!” (ALENCAR, 1998, p. 71).

própria na cidade e, quem sabe, uma fazenda com suas tantas cabeças de gado e seus hectares de soja, cana ou eucalipto. A maioria dessa maioria acha, além disso, que vive “num país que vai pra frente”, como cantava o jingle dos tempos daquela ditadura que imaginamos pertencer a um passado obsoleto. (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 13.)

Em Davi Kopenawa esquece-se do hibridismo, questiona-se todo o projeto pedagógico, rechaçando-o corajosamente. Assim é feita a nossa memória cultural, entre as idas e vindas de uma construção identitária não arruinada, mas como ruína.

Como num rizoma em que uma radícula desemboca em outra, sobre “aquela ditadura que imaginamos pertencer a um passado obsoleto”, como mencionou Viveiros de Castro, uma tela de Elifas Andreato² exposta na Câmara dos Deputados em 2014, nos revela seu conteúdo bastante conhecido e chocante. São presos políticos entregues a todo tipo de tortura (afogamento, espancamento, pau-de-arara...).

Pensar criteriosamente a ditadura no Brasil só foi possível ao termos uma presidenta torturada. Mas “uma comissão [da Verdade] digna desse nome”, disse certa vez o historiador Daniel Aarão Reis, “deveria ter o poder para vasculhar os porões das Forças Armadas”.³ Ao final de longo trabalho, ainda há algo entre o dito e o não dito residual, e o próprio Aarão Reis – ex-presos político – menciona esse movimento de pura esquizofrenia no corpo da história, pois se, por um lado, o Estado Brasileiro anistia os torturados e as famílias de mortos pelo regime ditatorial, por outro, torturadores negam a existência de tal prática. Nossa memória, desconciliada, presencia, na mesma câmara dos deputados que recebera a tela com seu show de horrores, o começo do fim de Dilma, quando um de seus torturadores, o ex-comandante militar Carlos Alberto Brilhante Ustra, foi citado por um deputado como um benfeitor. Ora, o próprio Ustra oferece o termo “justiçamento” “em nome da liberdade” para se referir aos seus crimes contra a humanidade, em uma obra cujo título é *A verdade sufocada*. A verdade sufocada e a Comissão da Verdade: dois antípodas nacionais. Como negociar esses dados, *apesar de tudo*? Um pista advém do romance *K, relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. O regime civil-militar, diz Maria Victoria de Mesquita Benevides, na orelha da obra,

Só vigorou por 20 anos devido ao apoio das classes dominantes. É preciso enfatizar com mais empenho a responsabilidade dos civis, a

² Confira a obra em: <https://brasiliamaranhao.wordpress.com/2012/11/29/painel-elifas-andreato-ditadura/>

³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1432835-a-luta-armada-se-esqueceu-de-fazer-consulta-ao-povo-afirma-historiador.shtml>. Acesso em: 18 set. 2016.

começar pelo Poder Judiciário, políticos do Executivo e do Legislativo, imprensa, lideranças universitárias, empresários e banqueiros que financiaram a repressão, sobretudo os famigerados órgãos de tortura [...]. Há também que se enfrentar a “herança maldita” – pois a tortura e as várias formas de abuso de poder persistem contra os pobres, os negros, os filhos de ninguém. (BENEVIDES *apud* KUCINSKI, 2014)

O projeto homogeneizador, como entendemos, silencia e tenta apagar. Bernardo Kucinski menciona que

Por isso, também as indenizações às famílias dos desaparecidos – embora mesquinhas – foram outorgadas rapidamente, sem que eles tivessem que demandar, na verdade antecipando-se a uma demanda, para enterrar logo cada caso. Enterrar os casos sem enterrar os mortos, sem abrir espaço para uma investigação. Manobra sutil que tenta fazer de cada família cúmplice involuntária de uma determinada forma de lidar com a história. O “totalitarismo institucional” exige que a culpa, alimentada pela dúvida e opacidade dos segredos, e reforçada pelo recebimento das indenizações, permaneça dentro de cada sobrevivente como drama pessoal e familiar e não como a tragédia coletiva que foi e continua sendo, meio século depois. (KUCINSKI, 2014, p. 169)

É incrível que, mesmo com o apagamento das diferenças e supressão de certas vozes ao longo da escrita da história, o narrador de *K* consiga mostrar como esses regimes opressores vão se enraizando e dominando as mais diferentes tarefas civis, como em um pacto social. Não se trata apenas de cor a nossa questão sobre o hibridismo. Essa *teoria institucional* ajuda a encobrir toda sorte de diferenças, para além do plebiscito travado no ontem da história. Como nada é apenas bom ou apenas mau, uma teoria de tamanha beleza não poderia não revelar suas rasuras. Uma vez diante do problema dos discursos que simplificam a história, Bhabha diz que aí reside o começo, e não o fim de nada. É o ponto de partida para performar, reescrever, rasurar a rasura, provocar uma montagem que passa por uma permanente descontinuidade dos tempos e dos sujeitos. Todo texto pedagógico não deveria – necessariamente – vir acompanhado de sua performance? Alguns desses impasses são sinalizados com lucidez estarrecedora, na canção *Haiti* (1993), de Gilberto Gil e Caetano Veloso, com a qual finalizo este texto:

Quando você for convidado pra subir no adro
Da fundação casa de Jorge Amado
Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos
Dando porrada na nuca de malandros pretos
De ladrões mulatos e outros quase brancos
Tratados como pretos
Só pra mostrar aos outros quase pretos
(E são quase todos pretos)
Como é que pretos, pobres e mulatos

E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados
E não importa se os olhos do mundo inteiro
Possam estar por um momento voltados para o largo
Onde os escravos eram castigados
E hoje um batuque, um batuque
Com a pureza de meninos uniformizados de escola secundária
Em dia de parada
E a grandeza épica de um povo em formação
Nos atrai, nos deslumbra e estimula
Não importa nada:
Nem o traço do sobrado
Nem a lente do fantástico,
Nem o disco de Paul Simon
Ninguém, ninguém é cidadão
Se você for ver a festa do Pelô, e se você não for
Pense no Haiti, reze pelo...
O Haiti é aqui
O Haiti não é aqui
E na TV se você vir um deputado em pânico mal dissimulado
Diante de qualquer, mas qualquer mesmo, qualquer, qualquer
Plano de educação que pareça fácil
Que pareça fácil e rápido
E vá representar uma ameaça de democratização
Do ensino de primeiro grau
E se esse mesmo deputado defender a adoção da pena capital
E o venerável cardeal disser que vê tanto espírito no feto
E nenhum no marginal
E se, ao furar o sinal, o velho sinal vermelho habitual
Notar um homem mijando na esquina da rua sobre um saco
Brilhante de lixo do Leblon
E ao ouvir o silêncio sorridente de São Paulo
Diante da chacina
111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos
Ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres
E pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos
E quando você for dar uma volta no Caribe
E quando for trepar sem camisinha
E apresentar sua participação inteligente no bloqueio a Cuba
Pense no Haiti, reze pelo
O Haiti é aqui
O Haiti não é aqui. (GIL & VELOSO, 1993)

Referências

ALENCAR, José de. *Iracema*. São Paulo: Ática, 1998.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FREYRE, Gilberto. "O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro." In: SANTIAGO, Silviano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

GIL, Gilberto & VELOSO, Caetano. Haiti. In: *Tropicália 2*. 1993. 1 CD.

KOPENAWA, Davi & ALBERT, Bruce. *A queda do céu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KUCINSKI, Bernardo. *K. – Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

MUSSA, Alberto. *Meu destino é ser onça*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

PRADO, Paulo. “Retrato do Brasil: Ensaio sobre a tristeza brasileira.” In: SANTIAGO, Silvano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

SOMMER, Doris. *Ficções de fundação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.